VIII Seminário de Pesquisa e Extensão | 2016
Extremo Sul da Bahia
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO E PRÁXIS
08 A 11 NOVEMBRO
REALIZAÇÃO: UNEB - CAMPUS X TEIXEIRA DE FREITAS
UNEB

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: contribuições para formação inicial do professor

Cristiane Gomes Ferreira - UNEB[1]
Davi Luiz do Nascimento- UNEB[2]
Sabrina Evangelista - UNEB[3]

RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa realizada dentro de um projeto de extensão universitária Educação Inclusiva com ênfase em Libras (Mãos que falam) da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus X. Ele tem como objetivo apresentar o papel da extensão no auxílio a formação inicial dos estudantes dos cursos de licenciatura. Realizou-se uma pesquisa para saber o que motivou aos estudantes a procurarem as aulas do projeto. A luta pelos processos inclusivos na escola regular e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua natural da pessoa surda, tem gerado forte movimento de mudança por parte das universidades e as ações extensionista muito têm colaborado com esses processos. O estudo foi feito com os discentes/participantes dos cursos de graduação Biologia, Matemática, Letras Inglês, Letras Português, História e Pedagogia. A metodologia trabalhou com a abordagem qualitativa e optou por uma pesquisa-ação crítica, isso porque a investigação foi realizada dentro da universidade e nas aulas do projeto. Os teóricos que auxiliaram a pesquisa foram: Brasil (2000), Bueno (2002), Ghedin e Franco (2008), Rodrigues (2011), Perlim e Strobel (2014), Carneiro, Dall´Acqua e Caramori (2014), Nunes e Silva (2011). Os resultados demonstraram que os estudantes procuraram as aulas do projeto para melhorar sua formação, novos conhecimentos e que as ações contribuem para a formação inicial dos mesmos.
Palavras-chave: Educação Inclusiva; Extensão Universitária; Formação inicial de professores.

INTRODUÇÃO

A Educação especial/inclusiva têm despertado muitos debates e novos entendimentos em toda sociedade, e, na atualidade, deixou de ser uma meta de alguns países e sistemas educativos, para se converter em um objetivo global.

Essa mudança paradigmática não foi alcançada de maneira rápida e com processos inclusivos reconhecidos por toda sociedade, o que se observa é que nesses últimos 25 anos ocorreram um intenso movimento de mudanças políticas e sociais no que diz respeito às questões

[1] Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus X) – crisgfe.inclusao@gmail.com
[2] Discente do curso de matemática da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus X) – dluns@hotmail.com
[3] Discente do curso de matemática da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus X) – sabrinavangelista@hotmail.com

legais, práticas educativas e avanços tecnológicos em relação à educação especial.

O fato é que, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva instiga a toda sociedade, a efetuar mudanças nas práticas habitualmente desenvolvidas em todos os espaços sociais, principalmente, no contexto escolar e nos convida a novas ações e transformações no que diz respeito a formas de enxergar e interagir com o outro.

O tema é amplo, e seu conceito e concepções têm suscitado muitos entendimentos em toda sociedade, isso porque muitos veem como uma conquista de direitos, inclusive a escolarização, é o discurso do politicamente correto, todavia, ainda temos uma grande parcela de pessoas que considera que a criança deva permanecer longe da escola.

Sobre essas questões Rodrigues (2011) faz dois questionamentos no que diz respeito às mudanças dentro da escola, o primeiro, quem serão os agentes, os catalisadores desta mudança. E o segundo, como essa mudança pode ser gerida e planejada. Em relação à primeira, ele responde e realça o trabalho e o papel do professor, pelo fato de considerar a profissão docente complexa e que na gestão do currículo, ele pode ter uma série de caminhos e opções. E, a segunda, fala da autonomia e planejamento do professor, ou seja, que o docente ao adentrar uma sala de aula ele pode ou não, dentro dessas paredes, agir conforme seu entendimento pessoal.

Diante desses fatos, pode-se colocar sobre a importância da formação do professor, pois um dos entraves ainda encontrados na efetivação da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas é a aceitação por parte dos professores sobre essas crianças, mesmo eles compreendendo que é um direito legal.

Com isso podemos chamar atenção sobre a importância da formação inicial docente, ela precisa está conectada com as demandas sociais da atualidade, que é uma escola rica em diversidade. As autoras Carneiro, Dall´Acqua e Caramori (2014) reforçam essa discussão quando colocam que uma das dificuldades da construção do paradigma inclusivo é que não sabemos ser inclusivos, não temos uma história de convivência de todos com todos de forma plena

Esse artigo busca justamente apresentar uma pesquisa sobre o Projeto de Extensão Educação Inclusiva com Ênfase em Libras (Mãos que falam) que atua em um Departamento de Educação, na Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus X. Ela faz um recorte tendo como sujeitos os estudantes do Campus X e tem como objetivos: identificar se as ações do projeto têm contribuído com a formação inicial dos estudantes

A extensão universitária, de acordo com Nunes e Silva (2011) é um processo educativo,

cultural e científico que viabiliza a relação entre universidade e sociedade, e que ao criar e recriar o conhecimento deve acima de tudo torna-lo público para que a transformação social extrapole os muros acadêmicos. Ainda segunda as autoras, a universidade deve ser mais do que um laboratório ou campo de pesquisas, mais também uma instituição com pessoas, demandas, reivindicações, anseios e saberes que se encontram dentro e fora da universidade.

Desse modo, para melhor compreensão da pesquisa efetuada, esse trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: primeiramente será retratado um breve panorama sobre a formação de professores para educação especial/inclusiva no Brasil. Apresentaremos o papel da ação extensionista como um dos tripés dentro da Universidade, outra sessão com descrições da pesquisa na UNEB/Campus X, e por fim, as considerações finais.

BREVE PANORAMA SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA NO BRASIL

A formação de professores para educação especial/inclusiva no Brasil é recente, se pensarmos que só em 1973 foi criado o primeiro órgão responsável pela formulação e acompanhamento da política de educação especial em âmbito Nacional, o Centro nacional de Educação Especial (CENESP).

Tomando como comparação a primeira Lei de Diretrizes e Bases para Educação (LDB 4.024/61) e a criação do Ministério da Educação em 1930, temos um longo período da educação brasileira sem conceber políticas públicas para educação especial, e mais ainda no que diz respeito à formação de professor para essa área.

Bueno (2002) relata que foi a partir da promulgação da Lei nº 5.692/71 que o Conselho Federal de Educação (CFE) baixou resoluções tornando obrigatória a formação de professores de educação especial em nível superior, dentro dos cursos de pedagogia. Ele reforça que embora tenham ocorrido algumas iniciativas isoladas, foi à incorporação pelas Instituições de Ensino Superior (IES) da formação de professores de educação especial que permitiu uma disseminação de ações de forma mais sistemática e contínua.

Os estudos de Ferreira e Costa (2015) chamam atenção para a década de 80 quando além das mudanças das IES, houve um movimento em prol da reivindicação e luta pela democratização do ensino, com mobilizações no que tange ao acesso à escola e a sua gratuidade e movimento de

inclusão escolar. Entretanto, a ênfase dada nesse período referia-se a formação em serviço dos professores envolvidos na educação Especial.

A década de 90, considerada a década da inclusão, traz novas reivindicações e lutas sociais em prol da escola inclusiva e com isso chama atenção para a política de formação de professor. A própria LDB 9394/96 já estabelece em seu artigo 62, que a formação de docentes para atuar na educação básica acontecerá em nível superior, em cursos de licenciatura.

Podemos citar dois documentos importantes na década de 1990 que trouxeram a implementação nos currículos sobre a educação especial. Um deles é a Portaria Ministerial nº 1793/94, no qual recomenda a inclusão da disciplina "aspectos ético-político educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades educacionais", prioritariamente, nos cursos de pedagogia, psicologia e em todas as licenciaturas e a Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (CNE/CEB) na qual exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação dos alunos com deficiência.

Apesar da existência desses documentos, muitas instituições de ensino superior não estão estruturadas para oferecer componentes curriculares relativo ao assunto em seus cursos de licenciatura, ou se oferecem, tem uma carga horária reduzida, ministrada de maneira aligeirada.

A Libras também se configura como um problema de atraso nos currículos de formação de professores. Desde o sancionamento da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5626/2005 que obriga a inclusão de Libras na matriz curricular dos cursos de licenciatura e fonoaudiologia que muitas IES só iniciaram as aulas do componente muitos anos após a promulgação da Lei.

Ferreira e Costa (2015) colocam que uma das barreiras encontradas para efetivação da inclusão no contexto escolar refere-se à formação dos educadores, pois se torna condição *sine qua non* a sensibilização e capacitação para que ocorra a diminuição gradativa da exclusão. A preparação para o processo de inclusão necessita se estender para todos os profissionais da escola e não apenas ao professor, habilitando-o a enfrentar as novas demandas educacionais. É importante enfatizar a necessidade da reformulação dos cursos de graduação, na perspectiva de adequar-se às diretrizes nacionais, ao Plano Nacional de Educação (13.005/2014) e a LDB nº 9394/96.

Não basta oferecer aos alunos o acesso á escola, é necessário um trabalho pedagógico diferenciado, no qual possa reconhecer e atender a diversidade presente, e para isso se tornar possível, "é imprescindível investir – dentre outros fatores – na formação inicial dos profissionais

de educação para atuação com a diversidade [...]". (MARTINS, 2012, p. 35)

Por tudo isso, as universidades e os cursos de licenciatura têm grandes responsabilidades, no que diz respeito ao processo de inclusão. Precisam urgentemente, repensar a carga horária, as práticas pedagógicas, além de ofertar outras ações para além da sala de aula, como é o caso da extensão.

O PAPEL DA AÇÃO EXTENSIONISTA COMO UM DOS TRIPÉS DENTRO DA UNIVERSIDADE

A Extensão Universitária é um dos tripés da universidade, é uma forma direta de relação institucional com a comunidade na qual ela está inserida. As atividades de extensão estabelecem uma conexão direta entre pesquisa e ensino, possibilitando as pessoas que não estão diretamente ligadas à instituição (estudantes, professores e técnicos) participarem das suas ações internas.

Nunes e Silva (2011) destacam que a extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade.

A Extensão, portanto, tem como objetivo atuar nas funções sociais da Universidade, realizada por meio de um conjunto de ações dirigidas à sociedade, as quais devem estar indissociavelmente vinculadas aos outros tripés – o ensino e à pesquisa.

Num âmbito geral, sua finalidade é a promoção e o desenvolvimento do bem-estar físico e social, com a promoção e a garantia dos valores democráticos de igualdade de direitos e de participação, sempre pautado no respeito às diferenças e na sustentabilidade ambiental.

De acordo com o Plano Nacional de Extensão (2000/2001), documento elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto, o surgimento da extensão universitária no formato de como é hoje, teve inicio nos anos de 1960, quando os estudantes universitários brasileiros empreenderam movimentos culturais e políticos na formação de lideranças intelectuais de que necessitava o país daquele período. O formato atual foi concretizado no final da década de 1980 quando os setores comprometidos com as classes populares tenta resgatar uma nova concepção de universidade, redefinida nas práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda segundo esse documento o trabalho desenvolvido pela extensão vai mais além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos, prestação de serviços e difusão

cultural, mais também proporciona troca de saberes sistematizados, académico e popular, tendo como consequência a participação efetiva da comunidade dentro da universidade.

Portanto, as atividades extensionistas universitária tem uma importância muito grande, pelo fato dela contribuir na geração de políticas públicas, bem como servir como instrumento de inserção social, aproximando a academia das comunidades adjacentes.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO INICIAL DOS ESTUDANTES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS X

A UNEB é uma universidade multicampi dentro do estado da Bahia e possui 29 departamentos e 24 Campis. O *Campus X* é um departamento de educação e fica situado no município de Teixeira de Freitas, possui 07 cursos de graduação (Pedagogia, Letras Vernáculas, Letras Inglês, Biologia, História, Matemática e Educação Física).

Com o objetivo de contribuir com o processo de formação inicial dos estudantes dos cursos de licenciatura do Campus X e ampliação do debate sobre educação inclusiva com ênfase em Libras para comunidade interna e externa da universidade, foi criado o Projeto de extensão Mãos que Falam, ele iniciou no 2º semestre de 2012 e funciona até os dias atuais.

O projeto trabalha com a coordenação de uma professora e junto com ela trabalham dois estudantes do curso de matemática, sendo um deles interprete de Libras em uma escola do município e o outro, uma estudante surda.

Desde seu início em 2012.2 já tivemos 200 pessoas que participaram e concluíram o curso. Foram discentes, docentes e funcionários do Campus X, bem como a presença de pessoas da comunidade externa. Como esse estudo tem como foco dos discentes do *Campus X* abaixo o total de inscritos até 2016.

A tabela 1 apresenta o número de estudantes por curso que participaram do projeto.

Tabela 1 – Total de inscritos por curso (2012.2/2016)

Curso/estudante Comunidade Uneb						**TOTAL**
Pedagogia	Biologia	Historia	Letras Português	Letras Inglês	Matemática	
38	**34**	**04**	**14**	**09**	**13**	**112**

Fonte: Dados organizados pelos autores

Essa pesquisa tem um caráter qualitativo, tendo o *lócus* central da investigação, o ambiente universitário. O estudo tem, portanto, o *Campus X* como ambiente natural da investigação e os estudantes dos cursos de graduação a fonte principal para coleta dos dados.

Utilizamos a pesquisa ação-crítica que de acordo com Ghedin e Franco (2008) rejeita as noções positivistas de racionalidade e objetividade. Isso porque a pesquisa-ação crítica não pretende apenas compreender ou descrever o mundo da prática, mas, sobretudo transformá-lo.

Sobre essa questão queremos chamar a atenção para nossa metodologia de trabalho na execução do projeto. Ele é uma adaptação da "metodologia para oficinas inclusivas da Escola de Gente"[4], na qual trabalha com a presença da diversidade e da deficiência dentro do curso, além de trabalhar para que os participantes mobilizados tornem-se agentes da inclusão.

Com isso as aulas do curso se propõem a ter um processo reflexão ação reflexão, no qual todos os presentes tornam-se os sujeitos da ação, ou seja, agentes de mudanças capazes de por meio do senso crítico desenvolverem uma reflexão sobre a prática.

Como coleta de dados foram aplicados questionários com os participantes para identificar algumas questões, tais como: perfil pessoal, conhecimentos sobre a educação especial/inclusiva, motivação e os pontos positivos e negativos.

Para esse trabalho selecionamos a pergunta (**Motivo que levou ao participante a fazer o Projeto).** Como critério de análise agrupamos os questionários por curso de formação (ver tabela 2 acima), não nos preocupamos com o semestre de estudo, já que o nosso foco eram os motivos que levaram os estudantes a procurar uma formação continuada dentro da graduação.

As respostas mais apresentadas estão descritas e apresentadas por ordem crescente de ocorrências: ***1*** *- Aprender uma nova língua – 30%;* ***2*** *- Melhorar formação docente – 25%;* ***3*** *- Matrícula no componente Libras e necessidades de melhorar as aulas práticas – 15%;* ***4*** *- Aumentar carga horária das Atividades Complementares Acadêmicas – 10%;* ***5*** *- Curiosidade – 5%;* ***6*** *- Amigos surdos e quer aprender – 5%;* ***7*** *- identificação com as pessoas com deficiência e surdez – 5%;* ***8*** *- Necessidade de comunicação no trabalho e igreja – 3%;* ***9*** *- Ajudar pessoas surdas na comunicação – 2%".*

O que se pode observar com o resultado é que 70% dos estudantes que se inscreveram no projeto teve a intenção de melhorar a sua formação inicial. Essa ação pode ser analisada sob duas

[4] A ONG Escola de Gente – Comunicação em Inclusão – trabalha para que as sociedades sejam inclusivas e sustentáveis também para as quase um bilhão de pessoas com deficiência que vivem no mundo, sendo cerca de 80% em regiões de pobreza (ONU). http://www.escoladegente.org.br/publicacoes/

questões, a primeira refere-se à formação inicial, Rodrigues (2011) chama atenção para esse momento e fala que ela deve se converter em um período de mudanças para paradigmas mais inclusivos e que segundo ele, envolve 04 questões centrais: atitude de investigação, práticas reflexivas, relação entre teoria e prática e contato com situações práticas.

A segunda é quanto ao papel da extensão universitária enquanto catalisadora na formação inicial dos estudantes dentro da universidade. Sobre isso recorremos a Nunes e Silva (2011) quando colocam que a extensão como via de interação entre universidade e sociedade deve se constituir em um elemento capaz de operacionalizar relação teoria e prática, ampliando a visão de sala de aula, considerando que sala de aula é todo espaço dentro ou fora da universidade onde se realizam processo histórico e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação de professores é na atualidade um assunto de extenso debate nos fóruns, congressos e das secretarias municipais e estaduais de educação. Isso porque há o reconhecimento da importância do papel e função que o professor tem na educação.

Nesse caso, é muito importante que os cursos de graduação em licenciaturas invistam na formação inicial docente, preparando-o para trabalhar na diversidade, embora alguns cursos de licenciatura já contemplem em sua matriz curricular componentes que trabalham com a educação especial/inclusiva, infelizmente não é suficiente para atender a todas as demandas geradas por essa área.

Como o processo educativo da formação inicial não se reduz apenas à sala de aula, as atividades extensionista desenvolvidas dentro da universidade muito contribuem para essa formação. E, sobre a atuação do Projeto Educação Inclusiva com Ênfase em Libras (Mãos que falam), pode-se concluir que vem atingindo aos objetivos propostos que é o de proporcionar aos discentes uma formação para além da sala de aula e ser uma ponte entre academia e a comunidade externa.

Pelas respostas analisadas também foi possível identificar que as ações do projeto têm influenciado a vida acadêmica e profissional desses estudantes que serão futuros profissionais da educação.

Sobre a importância da extensão universitária, queremos salientar que ela estabelece

formas variadas de interação direta entre sociedade, ensino e pesquisa, com isso muito contribui para formação inicial dos estudantes. Infelizmente a extensão não tem tanta visibilidade quanto às atividades de pesquisa dentro das universidades, contudo, essa visão vem se modificando aos poucos, quando novas verbas de fomento vão sendo disponibilizadas para a extensão e projetos vão sendo idealizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dezembro 1996.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone; DALL'ACQUA, Maria Júlia Canazza; CARAMORI, Patrícia Moralis (Orgs.). **Educação especial e inclusiva:** mudanças para a escola e sociedade. Jundiaí, Paco Editorial, 2014.

FERREIRA, Cristiane Gomes; COSTA, Guilhermina E. Bessa da. **Educação inclusiva na formação inicial de professores:** um estudo sobre a experiência nos cursos de licenciatura da Uneb/Campus x: avanços e desafios. Trabalho Oral apresentado no IX Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade". UFSC, Sergipe, 2015.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo, Cortez, 2008.

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luzia. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? In: RODRIGUES, David (Org.). **Educação Inclusiva:** dos conceitos às práticas de formação. Instituto Piaget, 2011. P. 89-108

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão (Orgs). **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade.** Ano IV, nº 7, p. 119-133, Barbacena, julho/dezembro, 2011. Disponível em http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/60. Acesso em 10/7/2016

PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC Brasil, 2000/20001.Disponível em

https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf. Acesso em 10/07/2016.

PERLIM, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. Educ. rev., Curitiba , n. spe-2, p. 17-31, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000600003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03/08/2016.